

UM ESTUDO SOBRE ÉTICA E PLÁGIO EM UMA GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Otávio Vieira Sobreira Júnior¹
Francisco Wagner de Sousa Paula²
Germana da Costa Paixão³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o desempenho e o comportamento de uma turma de sexto semestre de um curso a distância quanto à prática de plágio em atividades a fim de identificar quais tipos de ações favorecem esta prática e se há algum fator que funcione como inibição. Para isto foram observados os resultados avaliativos e comentários de *feedback* dados pelo tutor a distância da turma entre os semestres 2017.1 e 2019.1, sendo observadas 146 atividades, distribuídas ao longo de 24 disciplinas cursadas pela turma. Os resultados observados confirmam que, embora não seja uma regra, o tipo de atividade solicitada pode inibir ou elevar a quantidade de casos de plágio, sendo necessário, portanto que o planejamento das disciplinas preze por atividades que contenham enunciados com questões problematizadoras, que instiguem os alunos a pensarem de maneira crítica, evitando meras repetições de informações. A pesquisa também chama a atenção para a importância das universidades adotarem medidas claras sobre como o plágio deverá ser combatido, para que este tipo de prática fraudulenta deixe de fazer parte da cultura de seus discentes.

Palavras-chave: Plágio, Ética, Educação a distância, Tutoria.

INTRODUÇÃO

Legitimada em âmbito nacional desde o ano de 1996, por meio da LDB 9.394/96, em especial nos artigos 80 e 87, a Educação a Distância (EaD) surge como o processo de ensino-aprendizagem, mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que proporcionam meios para alunos e professores que estão espacial e/ou temporalmente separados interagirem (AMIM, 2011). Nesse contexto, a EaD carrega uma característica própria de autoaprendizagem, em que o aluno deve ser incentivado a estudar e a pesquisar de modo independente e o aprendizado deve ser ao máximo colaborativo e dinâmico, sendo fortalecido por meio de atividades individuais e em grupo (FERREIRA, 2009).

Seguindo este princípio, é notório que os planejamentos das atividades solicitadas no ensino à distância devem ser pautados por mecanismos que instiguem os alunos a pensar, a

¹ Tutor a distância da Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE/UAB, otavio.sobreira@uece.br;

² Mestre pelo Curso de Enfermagem e Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECE, wagner.sousa@uece.br;

³ Professora orientadora: Mestre, Universidade Estadual do Ceará - UECE, germana.paixao@uece.br.

escrever e a resolver problemas. Neste ínterim, ao se planejar atividades para um curso, devem ser pensadas aquelas que se associem à formação teórico-prática do aluno, mas dando ênfase na formação de professor, com o uso das tecnologias, despertando neste licenciando a capacidade de criticidade e afloramento de ideias autorais (SOBREIRA JÚNIOR, et al., 2018).

O termo “autoria” é um objeto de proteção legal devidamente assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos seguintes termos:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas. [...] XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país (BRASIL, Constituição, 1988).

Este fragmento explicita que a proteção da autoria individual ou coletiva é uma questão de direito, impondo limitações sociais acerca da reprodução e sinalizando o dever de se fazer a menção ou divulgação da procedência de determinada informação que seja reproduzida (GONÇALVES et al., 2011).

Entretanto, a grande disponibilidade de artigos e materiais encontrados nos mais diversos websites de busca é um dos fatores que incentiva a cultura do plágio, que surge como uma prática amplamente difundida entre os alunos, sendo encarada como algo fácil de recorrer, em especial para a cópia de materiais completos ou parte deles (KLEIN, 2011).

Para Veludo-de-Oliveira et al. (2014), o plágio revela-se como uma prática antiga que consiste em copiar a ideia, estrutura ou pesquisa na íntegra, ou ainda trechos de um trabalho sem ao menos fazer citação ou referência ao autor. O estudante se apodera de conceitos de outros como se fossem seus, caracterizando o que Krokosz (2011) chamou de desnorreamento ético, ato doloso por definição e distúrbio de identidade, quando se trata de uma prática voluntária.

No ano de 2011, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, órgão vinculado ao Ministério da Educação – MEC, emitiu documento no qual é

feito um pronunciamento diretor sobre o plágio, dirigindo-se a todas as instituições de ensino, nestes termos:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades. (CAPES, 2011)

Por conseguinte, Veludo-de-Oliveira et al. (2014) ressalta que é de fundamental importância evidenciar junto aos alunos que não há apenas as questões éticas envolvidas na prática do plágio, como também as legais, já que, no Brasil, temos a Lei Nº 9.610/1998 que trata dos direitos autorais, considerando o plágio como a reprodução não autorizada de uma obra, cujos infratores respondem a sanções civis e penas cabíveis. Já no Código Penal, o artigo Nº 184 define o plágio como um crime contra a propriedade intelectual, sendo que esta violação do direito autoral pode resultar em uma pena de detenção de três meses a um ano, ou multa.

Tendo por mote o conceito de “ética”, traz-se a percepção de Torresi et al. (2008), que trata o tema como um termo genérico que engloba diversas reflexões sobre as relações entre os seres humanos e seu modo de ser e de pensar, o que é diferente, em muitos aspectos, do conceito “moral”, já que o primeiro caracteriza-se por um conjunto de regras permanentes universais, enquanto o último é interpretado como uma conduta que pode ser temporária. A autora traz ainda que este conceito está (ou deveria estar) amplamente disseminado em todas as atividades onde exista o confronto entre o “bem e o mal”, ou melhor, ações positivas ou negativas, devendo também atuar como uma regente dentro de todos os campos de atividades humanas.

Embora seja inegável o viés jurídico do problema em questão, para Pythan e Vidal (2013), deve-se encarar, sim, como ilícito o ato de plagiar cometido por acadêmicos deve ser tratado internamente como um problema institucional, cabendo às instituições de ensino perceber este problema como uma questão a ser enfrentada com estratégias pedagógicas focadas na educação moral, voltadas ao pleno desenvolvimento da aprendizagem sobre a integridade científica.

Neste mister, este trabalho tem por objetivo analisar o desempenho e o comportamento de uma turma de sexto semestre do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará – UECE, pelo Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, polo

Maracanaú-CE, quanto à prática de plágio em atividades a fim de identificar quais tipos de ações favorecem esta prática e se há algum fator que funcione como inibição.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho do tipo descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para tanto, foram observados os resultados avaliativos e comentários de *feedback* dados pelo tutor de uma turma do Curso de Ciências Biológicas a distância, com relação às atividades solicitadas entre os semestres 2017.1 e 2019.1, sendo considerados somente os casos onde foi constatado plágio, totalizando um período de cinco semestres de análise.

Também foi observada a aceitação de alguns alunos quanto às ponderações feitas pelo tutor em seus *feedbacks*, sendo essa parte da análise feita a partir de mensagens privadas enviadas pelos alunos ao tutor, utilizando o próprio AVA, logo após a postagem de notas e *feedbacks*.

Foram incluídas nesse estudo somente as atividades assíncronas que envolviam o uso de linguagem escrita (fóruns de discussão, relatórios, produções textuais e mapas conceituais), sendo classificado como um caso de plágio a presença de trechos inteiros, ou parciais, extraídos de qualquer fonte, sem que haja a citação dos autores, ou seja, as referências do texto.

Foram examinadas 146 atividades, distribuídas ao longo das 24 disciplinas cursadas pela turma, postadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA Moodle® 3.0, conforme descritas no Quadro 1. Vale ressaltar que destas atividades, 73 correspondem a fóruns de discussão, sendo esta privilegiada pelo curso, estando, por isso, sempre presente em todas as disciplinas. Cada fórum proposto no curso contém um único tema gerador a ser debatido e esgotado por seus participantes por um período médio de sete dias corridos.

Quadro 1 – Lista de disciplinas ofertadas no curso de graduação à distância em Ciências Biológicas da UECE entre os semestres 2017.1 e 2019.1.

Semestre	Disciplinas Ofertadas
2017.1	Introdução à Educação à Distância; Biologia Celular; Física para Ciências Biológicas; Química Geral e Orgânica; Técnicas de Transmissão do Conhecimento Biológico.
2017.2	Psicologia do Desenvolvimento; Biofísica; Bioquímica; Matemática para Ciências Biológicas; Fundamentos de Filosofia das Ciências.
2018.1	Bioestatística; Fundamentos de Geociências; Histologia e Embriologia Animal; Morfologia e Taxonomia de Criptógamas; Psicologia da Aprendizagem.
2018.2	Biologia Molecular; Estrutura da Educação; Genética; Morfologia e Taxonomia de Espermatófitas.

2019.1	Didática Geral; Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental; Microbiologia; Zoologia dos Cordados.
--------	---

Fonte: Levantamento realizado pelos autores do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando como “positiva” a situação em que é detectada a presença de plágio no produto (atividade) entregue por pelo menos um cursista, 21 atividades tiveram casos de plágio confirmado, ou seja, 14,38% do total. Destas atividades, nos chama a atenção que 76,2% dos casos aconteceram em fóruns de discussão. A grande maioria dos casos (71,42%) concentrou-se no primeiro semestre do curso. Sendo observados casos mais esporádicos e isolados a partir do semestre seguinte.

A situação nos leva a inferir que a atuação do tutor a distância interfere diretamente na redução destes casos, uma vez que se constitui como uma prática pedagógica do curso que, para cada atividade, todos os alunos recebam uma nota avaliativa acompanhada de um comentário de *feedback*, ambos emitidos pelo tutor a distância. Abaixo, exemplificamos um comentário de *feedback* dado a um aluno na Atividade de número três da Disciplina Biologia Celular, ofertada no semestre 2017.2, onde foi detectada a presença de plágio:

Atividade 3 (Nota: 0/50) – Infelizmente, seu texto foi integralmente extraído dos seguintes: “portais: 1. <<http://www.euquerobiologia.com.br/2014/04/divisao-celular-mitose-e-meiose.html>>; 2. <<http://www.coladaweb.com/biologia/biologia-celular/mitose-e-meiose>>. Noto que não fora feita qualquer referência aos autores dos textos, nem com relação aos portais consultados, pois as referências apresentadas ao final da atividade não condizem com o que fora observado no texto. Tal situação configura-se, portanto, como plágio (ato apresentar uma obra intelectual de qualquer natureza contendo partes de uma obra que pertença a outra pessoa, sem colocar os créditos para o autor original), previsto no Art. 184. Tendo em vista que o senhor já fora devidamente alertado no *feedback* da Atividade 2 desta mesma disciplina e via mensagens complementares em outras ocasiões, infelizmente suas atividades não poderão ser considerada como válidas. . Estamos todos investindo em uma formação de qualidade para futuros profissionais que atuarão nas disciplinas de Biologia, inclusive formando outros novos biólogos. Sugiro que o senhor faça uma leitura do Guia de Normalização da UECE, disponível na Secretaria do Curso. Nele, há orientações sobre citações diretas e indiretas, dentre outros tópicos que lhe auxiliarão ao longo do curso. (Trecho extraído do AVA do Curso)

Chama a atenção que, mesmo os alunos tendo acesso às notas e aos comentários de *feedbacks* dados pelo tutor antes que a atividade seguinte estivesse com o prazo de entrega/participação encerrado, ocorre com moderada frequência reincidência nos casos de plágio. Por exemplo, houve o caso em que um mesmo aluno reincidiu em plágio por três vezes seguidas em uma mesma disciplina.

A situação se agrava quando consideramos que o referido estava ciente da situação desde a primeira atividade, já que é pactuado que os tutores apresentem seus *feedbacks* e notas aos alunos no prazo máximo de uma semana, portanto a atividade seguinte ainda poderia ser enviada adotando práticas coerentes.

Segundo Veludo-de-Oliveira et. al. (2014), os benefícios potenciais obtidos com as práticas desonestas quando comparados aos riscos envolvidos parecem ser vantajosos para boa parte dos estudantes. Nesse sentido, mesmo com a atuação direta do tutor a distância e os comentários de *feedback* dados, alguns alunos insistem neste tipo de prática.

Outra situação que merece ser ponderada é o fato de em no fórum de discussão de número três da disciplina Biologia Celular (Semestre 2017.1) ter havido sete registros de plágio cometidos por alunos diferentes. Quando analisamos o tema gerador, que solicitava em linhas gerais que o aluno respondesse à seguinte pergunta: “Qual a importância do uso das células-tronco no tratamento de doenças”, utilizando os conceitos de diferenciação e comunicação celular em sua resposta, reforçamos o que é proposto por Sobreira Júnior e Paixão (2017), quando trata de um fórum no tipo “conceitual”, ou seja, onde basicamente foi solicitado que o aluno discorresse sobre um determinado conceito.

Tal situação esteve presente, em maior ou menor número em todos os fóruns de natureza conceitual, mas apresentou registro consideravelmente menor nos fóruns cujo tema gerador apresentava uma natureza “discursiva”, onde os alunos eram incentivados a debater sobre uma determinada situação, que poderia, ou não, envolver uma determinada situação-problema (SOBREIRA JÚNIOR; PAIXÃO, 2017).

Porém, um elevado número de casos de plágio (seis casos) também foi encontrado em uma atividade da disciplina Genética. Ao verificarmos a natureza desta atividade, constatamos que se tratava da produção de um texto colaborativo, utilizando a ferramenta Wiki, sobre doenças genéticas. Mesmo sendo incentivado o trabalho em grupos, notamos mais uma atividade de cunho “conceitual”.

Os fatos mencionados acima nos chama atenção para a necessidade do desenvolvimento de atividades que estimulem os atos de “questionar” e “discutir” sobre um assunto, validando um dos princípios presentes no Capítulo que versa sobre Educação Superior, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que preconiza como uma das finalidades “o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento crítico, incentivando o trabalho da pesquisa e da iniciação científica” (BRASIL, 2010), sendo interpretado por Gonçalves et al. (2011) como um compromisso com a formação humana e emancipatória, em um ambiente de aprendizagem que favoreça a criação e o estímulo da geração de conhecimento científico.

Ainda segundo Gonçalves et al. (2011),

Para que isso aconteça, em primeira instância, requer o movimento cultural denominado de iniciação científica, um instrumento de conscientização necessário à introdução dos estudantes de graduação no envolvimento com atividades de pesquisa. É, pois, um esforço necessário para aprimorar a formação acadêmica no sentido de despertar o olhar problematizador do estudante, indispensável à condição de vida da atual sociedade, nos diversos campos do saber, como agente de transformação. O acesso a esta condição deverá acontecer logo no início da formação superior, por meio de atividades de ensino nas disciplinas denominadas propedêuticas⁴, que se comprometem com a epistemologia do conhecimento, o trabalho sistematizado e metodológico de iniciação para pesquisa científica e elaboração de produtos acadêmicos científicos.

Nelas os conteúdos são organizados e trabalhados com o objetivo de redimensionar o exercício de pesquisar, incentivando o dialogando com autores de obras com credibilidade científica, pois servirão de fundamento teórico para elaboração de textos que versem ciências em meio ao desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita especializada, comprometendo-se com o rigor, a racionalidade, a comprovação de uma verdade científica, a ética e a capacidade de desvelamento dos problemas estudados. (GONÇALVES et al., 2011, pag. 3)

Acrecenta-se à discussão que a UECE apresenta um documento intitulado “Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos”. Em sua última versão, datada em dezembro do ano de 2014, o documento surge como um “facilitador” para entrega de trabalhos acadêmicos, sendo concebido segundo as Normas Brasileiras (NBRs) vigentes de informação e documentação da época disponibilizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Tal documento visa a padronização dos trabalhos e aumento da qualidade, estando disponível e acessível a todos que fazem parte da instituição.

Em análise, constatou-se que o termo plágio desponta uma única vez, dentre as 152 laudas do documento, na parte em que é feita a orientação sobre como devem ser as “citações”, constando no texto: “Ressalta-se que ao citar, deve-se, tomar muito cuidado com a identificação da citação, pois, em certos casos, o uso dos termos de forma incorreta, mesmo identificando algum autor, pode-se caracterizar plágio (UECE, 2016)”.

Portanto, o documento informa sobre como devem ser referenciadas as citações (diretas e indiretas), mas não traz qualquer sanção ou informação mais específica sobre como o plágio deverá ser tratado pela instituição. Já o termo “ética” não raia em qualquer trecho do documento.

Percebe-se que, mesmo com a atuação direta do tutor da turma e com a clareza dos *feedbacks*, alguns alunos insistem em “negar” a prática fraudulenta (identificada e devidamente comprovada), ou ainda tendem a tornar a situação algo “comum” ou “banal”,

⁴ **Propedêutica**: ciência introdutória; a reunião dos preceitos, dos conhecimentos preliminares e básicos de uma disciplina. Fonte: Dicio – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/propedeutica>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

chegando a considerarem-se vítimas, como demonstram os fragmentos abaixo que foram extraídas de mensagens privadas trocadas entre dois alunos e o tutor da turma após receberem o *feedback* e o resultado de uma atividade em que na disciplina Biologia Celular (2017.1), em que foi solicitado como produto uma produção textual dissertativa argumentativa, entre duas a quatro laudas, relacionando os eventos ocorridos durante a divisão celular (mitose e meiose) com os processos de diferenciação da célula:

“Ola,, a cerca do bio3 onde vc menciona a cerca das citações utilizadas por mim não condizerem com os textos... acusando assim como plagio... é melhor verificar um pouco mais minuciosamente.. por que o texto foi retirado da internet sim e exatamente do site que eu mencionei.. a fonte foi exatamente esclarecida. Pois no momento que eu retirei o texto d internet... retirei também o URL da página... (sic).” (mensagem privada do Aluno 1 extraída do AVA Moodle).

“com vc não adianta questionar nada vc precisa ser mais flexivel e digo não so por mim falo por todas a minha turma que acha erradas as suas correções, vc não esta presente com agente durante as aulas não sabe das nossas dificuldades como alunos , nada vc considera seu negocio e diminuir nossas notas não olha o esforço que temos pra realizar uma atividade , espero que no fim do semestre o aluno possa avaliar vc , seus trabalhos que se acha perfeit (sic)” (mensagem privada do Aluno 2 extraída do AVA Moodle).

Sobre este ponto, Gonçalves et al. (2011) considera que conserva-se uma dúvida gigantesca por parte dos jovens em saber o que realmente é plágio. Ainda segundo a autora:

Os jovens estariam cada vez menos propensos a aceitarem que simplesmente assumir para si o trabalho de outro é algo condenável, e isso por vários motivos: a facilidade de reproduzir qualquer conteúdo digital, a diluição da idéia de direitos autorais pela troca ilegal de arquivos de música e vídeo, o crescimento da cultura de mashups e remixes, a proliferação de ficções escritas por fãs a partir de obras famosas e muitos outros motivos. A noção de que as obras precisam ter um ou poucos autores reconhecidos estaria em desuso. (GONÇALVES et al., 2011, pag 5)

Este ponto ainda nos leva a crer que a prática da fraude acadêmica já faz parte de uma cultura de desonestidade, na qual há uma clara deturpação de valores. Neste cenário, uma punição exemplar de alunos que cometem plágio, como evidenciado neste estudo, acaba sendo vista com “maus olhos” por eles e pelos outros.

É papel das instituições de ensino deixar claro que o uso de ideias e pensamentos de outrem não é algo proibido, mas a diferença entre um escritor e um plagiador está no uso dos recursos de referência, textual e pós-textual, das fontes utilizadas, forma pela qual não fere direito, não pratica atividades de forma antiética e estará depositando os créditos de ideias e informações por ele utilizadas, àqueles que possuem o devido direito (GONÇALVES et al., 2011).

Para Krokoscz (2011) a participação mais direta de um agente orientador (no caso em estudo, o tutor à distância) na condução dos trabalhos dos alunos evita o plágio. Segundo o autor, os alunos são menos propensos à fraude quando respeitam seu orientador, já que a prática desonesta afetaria a relação de confiança entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades que envolvem a entrega de algum produto escrito (fóruns de discussão e produções textuais) favorecem os casos de plágio. Entretanto, tal fato não é uma regra, uma vez que identificamos que mesmo quando há este tipo de atividade notamos drástica redução nos casos quando privilegiamos comandos de natureza discursiva.

Para que haja uma redução efetiva, é necessário que o planejamento das disciplinas preze pela construção de atividades que, além de conter objetivos claros, bem definidos e pertinentes, contenham enunciados com questões problematizadoras que instiguem o aluno a produzir utilizando as suas ideias e buscando recursos didáticos diversos como subsídios que fundamentem seus textos. Também é importante que a universidade adote medidas claras sobre como o plágio deverá ser combatido, para que este tipo de prática fraudulenta deixe de fazer parte da cultura de seus discentes.

É fundamental que haja uma efetiva atuação dos tutores do curso, por meio da mediação e avaliação, devendo estes agentes orientar e avaliar os alunos ao longo das disciplinas tendo à frente a prática de *feedbacks*, que devem ser constituídos por comentários claros, sinceros e estimulantes para que os cursistas não se sintam “vigiados” ou “fiscalizados”, mas que tenham a ideia clara de que determinadas práticas não são admissíveis em suas vidas acadêmicas.

Diversas ações educativas para prevenir/combater atos de plágio podem estar inseridas em atividades ao longo do curso, a exemplo das disciplinas curriculares dedicadas ao ensino da pesquisa científica, como é o caso de Metodologia da Pesquisa Educacional (disciplina que ocorre no 6º período do curso). Porém, como estas disciplinas acontecem somente nos semestres finais, se faz necessário repensar os currículos das instituições ou oferecer meios de promover essas ações logo no início do curso.

Por fim, a relevância da temática abordada desdobra-se em questões diversas, que se relacionam desde a formação de uma consciência coletiva sobre o “fazer ciência”, bem como sobre a importância da internalização e aplicação dos conceitos “moral” e “ética”.

REFERÊNCIAS

AMIM, L. H. L. V. **Melhoria da Qualidade em Educação a Distância, Estratégias para manter o cliente satisfeito**. Revista Científica Internacional em EAD. 2. ed., 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CAPES. **Orientações CAPES: combate ao plágio**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

FERREIRA, A. S. S. B. S.; FERREIRA JUNIOR, R. S.; KEMPINAS W. D. G.; BARRAVIERA, B. **Concepção, desenvolvimento e implantação de educação não presencial na área da saúde: graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária**. ABED – Associação Brasileira de Educação à Distância. Mai, 2009.

GONÇALVES, H. H. L.; NOLDIN, P. H. P.; GONÇALVES, C. C. **O recurso do plágio em trabalhos acadêmico-científicos: um tema em questão**. Revista da UNIFEDE, v. 1, n. 09, 2011.

KLEIN, D. **Why learners choose plagiarism: a review of literature**. Interdisciplinary Journal of E-Learning and Learning Objects, n. 7, p. 97-110, 2011.

KRATOCHWILLA, S.; SILVA, B. M. **Avaliação da aprendizagem online: contribuições específicas da interface fórum**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 24, p. 445-458. 2008.

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. **O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico**. Revista Direito & Justiça, v. 39, n. 1, 2013.

SOBREIRA JÚNIOR, O. V.; PAULA, F. W. S; PAIXÃO, G. C. Análise de atividades avaliativas em um curso de licenciatura na modalidade à distância: produto, comunicação e interação. **Anais V Congresso Nacional de Educação**, Editora Realize, Recife-PE, V. 1, Ano 2018, ISSN 2358-8829.

SOBREIRA JÚNIOR, O.V.; PAIXÃO, G.C. Dinâmica da participação de alunos em fóruns de discussão em uma graduação a distância a partir da escolha dos temas geradores *in*: **Anais do IX Encontro de Práticas Docentes – 2017**, Universidade de Fortaleza, Fortaleza-CE, 2017. Disponível em: <<http://uol.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=7912640>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M.; AGUIAR, F. H. O. DE; QUEIROZ, J. P. DE; BARRICHELLO, A. **Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-97, Feb. 2014.

TORRESI, S. I. C.; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F. **Ética nas publicações científicas**. Quím. Nova, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 197, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422008000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

UECE. **Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos**. Sistema de Bibliotecas Universidade Estadual do Ceará. 149 p. Fortaleza. Dez. 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/index.php/arquivos/doc_download/829->. Acesso em: 22 de setembro de 2019.